

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO TRIBUTÁRIO E CONTABILIDADE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO TRIBUTÁRIO E CONTABILIDADE

DISCIPLINA:
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS - ELEMENTOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS
RESUMO
Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS? DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS TENSÕES FUNDAMENTAIS DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA FINALIZANDO
AULA 2 INTRODUÇÃO A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993) FINALIZANDO
AULA 3 INTRODUÇÃO ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH) EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH) ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH FINALIZANDO

AULA 4

INTRODUÇÃO

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

FINALIZANDO

AULA 5

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS

MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”

O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

FINALIZANDO

AULA 6

INTRODUÇÃO

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MUDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO

AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE GERENCIAL

RESUMO

A contabilidade gerencial é a área da contabilidade que tem maior responsabilidade no que tange a subsidiar a tomada de decisão, fazendo a empresa seguir rumo aos objetivos traçados pela alta cúpula organizacional. Nesse sentido, a contabilidade gerencial leva

em consideração os aspectos internos da empresa, considerando, em primeira mão, as atividades operacionais, as quais são também conhecidas como atividades de valor, conceituadas de maneira mais formal com um conjunto denominado cadeia de valor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO E FUNÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL
O CONTADOR GERENCIAL
O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL
INFORMAÇÃO E VANTAGEM COMPETITIVA

AULA 2

A CADEIA DE VALORES
CADEIA DE VALOR E OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS
AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES E O CONTROLE DO PROCESSO
A PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS E OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS
O PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E O CONTROLE GERENCIAL

AULA 3

ORÇAMENTO EMPRESARIAL
ORÇAMENTO DE VENDAS
ORÇAMENTO DE CAPITAL
PROJEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO ORÇAMENTO

AULA 4

O CONTROLE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES
DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES
CENTROS DE RESPONSABILIDADE
PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA
CUSTO DE OPORTUNIDADE

AULA 5

PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA
TEORIAS DE MOTIVAÇÃO
FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL
MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS
RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

AULA 6

PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA
TEORIAS DE MOTIVAÇÃO
FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL
MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS
RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

BIBLIOGRAFIAS

- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.



- PADOVEZE, C. L. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PARISI, C.; MEGLIORINI, E. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2011.

DISCIPLINA:
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Os conteúdos aprofundados neste estudo trazem uma série de informações importantes para que você tenha uma excelente capacitação técnica em sua nova carreira profissional. Inicialmente, conheceremos um pouco sobre o Direito, para que assim você adquira uma base de conhecimento para as próximas etapas, em que abordaremos conteúdos como noções de Direito Trabalhista e noções de Direito Tributário, conteúdos essenciais para sua atuação na área da contabilidade. Nesta etapa, teremos uma noção sobre o Direito, vendo as Fontes do Direito, a hierarquia das Leis, a Constituição Federal de 1988 e o Estado Democrático de Direito, para entendermos como o Ordenamento Jurídico funciona no Brasil. Com isso, você também começará a entender como as leis são aplicadas e como elas conduzirão a área contábil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 2

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 3

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 4

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 5

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 6

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição Federal de 1988 – CF/88. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 23 jun. 2022.
- NADER, P. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- SOARES NETO, V. MONTE, G. A. Legislação empresarial, trabalhista e tributária. São Paulo: Érica, 2014.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE EMPRESARIAL E SOCIETÁRIA

RESUMO

Quando nos referimos à “sistema tributário”, devemos ter em mente o conjunto de normas que regula a atividade tributante. Essas normas podem estar inseridas dentro ou fora de uma constituição. A aposição de matéria tributária no corpo da constituição é prática que remonta desde a origem do Estado de Direito em nosso país. A Constituição de 1824 dispunha, por exemplo, que todos deveriam contribuir para as despesas do Estado na proporção dos seus haveres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

NORMAS GERAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

CRÉDITO TRIBUTÁRIO

AULA 2

INTRODUÇÃO

ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS

TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS

IMUNIDADE E OS TRIBUTOS INDIRETOS

RESTITUIÇÃO DOS TRIBUTOS INDIRETOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

SIMPLES NACIONAL

LUCRO PRESUMIDO

LUCRO REAL

INCENTIVOS FISCAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO

O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI

SOCIEDADE LIMITADA

SOCIEDADES ANÔNIMAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO DIREITO DO CONTRIBUINTE
PROPÓSITO NEGOCIAL
COMO FAZER PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO E EVASÃO FISCAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA
FUSÃO SOCIETÁRIA
CISÃO SOCIETÁRIA
ESTUDO DE CASO

BIBLIOGRAFIAS

- COSTA, R. H. Curso de Direito Tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.
- SCHOUERI, L. E. Direito Tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.
- PAULSEN, L. Constituição e Código Tributário Comentados. 18. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

DISCIPLINA:

TEORIA AVANÇADA DA CONTABILIDADE

RESUMO

A contabilidade, na qualidade de ciência social aplicada, possui aspectos como qualquer outra ciência: um objeto de estudo, um objetivo e campos de aplicação. O objeto da ciência contábil, em seu sentido amplo, é o patrimônio constituído por bens, direitos e obrigações vinculados a uma entidade. Assim como ocorre em outras ciências, a contabilidade possui ramificações, seja para fins acadêmicos, seja para profissionais. Por ser a contabilidade governamental uma dessas ramificações da ciência contábil, não poderia ter um objeto diferente da ciência que a origina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ENTIDADES A QUE SE DESTINA A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
LEIS E REGULAMENTOS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
CONVERGÊNCIA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS
ESTRUTURA CONCEITUAL APLICADA À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL (NBC TSP)

AULA 2

INTRODUÇÃO
REGIMES CONTÁBEIS APLICADOS À CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS
ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
CRITÉRIOS PARA RECONHECIMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO
INSTRUMENTOS PARA PLANEJAMENTO PÚBLICO
RECEITA PÚBLICA

DESPESA PÚBLICA

ILUSTRAÇÃO – ETAPAS DA RECEITA E DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

AULA 4

INTRODUÇÃO

ESTRUTURA DO PCASP

NATUREZA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

LANÇAMENTOS E REGRAS DE INTEGRIDADE

SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI)

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMPONENTES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

AULA 6

INTRODUÇÃO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO FINANCEIRO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 out. 2019.
- SOBRE A CONTABILIDADE pública. Tesouro Nacional, 15 maio 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6fIXO3V6-fM>. Acesso em: 22 out. 2019.
- _____. NBC TSP Estrutura Conceitual: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor Público. Brasília, 4 out. 2016.

DISCIPLINA:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

RESUMO

A licitação pública se apresenta como um dos principais temas do direito administrativo, pois nada mais é do que um dos caminhos aptos a estabelecer relação entre a Administração Pública e os particulares. Representa, igualmente, o procedimento regular e prévio destinado à contratação pública, objetivando, igualmente, a seleção da proposta mais vantajosa ao Estado. Nesta aula, serão abordados os diferentes objetos capazes de integrar o procedimento licitatório, assim como os pressupostos que servem de base para a efetiva instauração do certame, com a exposição das principais previsões legais acerca desse tema, elucidando-se a regulamentação da licitação pública no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
AS RAZÕES DE LICITAR
PRESSUPOSTOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA
OBJETO DA LICITAÇÃO
ORDENAMENTO JURÍDICO

AULA 2

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVA
PRINCÍPIOS: PUBLICIDADE E MOTIVAÇÃO
PRINCÍPIOS: VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO
PRINCÍPIOS: JULGAMENTO OBJETIVO E DA ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA

AULA 3

INTRODUÇÃO
MODALIDADES: CONVITE, CONCURSO E LEILÃO
LICITAÇÕES EXTRAVAGANTES À LEI GERAL DE LICITAÇÕES
PECULIARIDADES APLICADAS A MODALIDADES
TIPOS DE LICITAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
ETAPA EXTERNA: DIVULGAÇÃO DO EDITAL
FASE DE HABILITAÇÃO
JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PARTICULARIDADES DO PREGÃO, DA TOMADA DE PREÇOS E DO CONVITE

AULA 5

INTRODUÇÃO
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: CARACTERÍSTICAS
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: OBRAS E SERVIÇOS
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: FORNECIMENTO OU COMPRA
CONTRATOS ADMINISTRATIVO: ALIENAÇÃO, LOCAÇÃO E DE CONCESSÃO E PERMISSÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: CLÁUSULAS EXORBITANTES
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXCEÇÃO DE CONTRATO NÃO CUMPRIDO E ANULAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
CONTRATO ADMINISTRATIVO: EXTINÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- JUSTEN FILHO, M. Curso de direito administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- FURTADO, L. R. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

- MARINELA, F. Direito administrativo. Niterói: Impetus, 2010.

DISCIPLINA:

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

RESUMO

É preciso conhecer os conceitos básicos do direito tributário e financeiro. Você perceberá que os conceitos e institutos que aprenderemos serão recorrentes em nossas conversas e na própria legislação. Por isso, é primordial a compreensão do conteúdo desta aula para o desenvolvimento da disciplina. Iniciaremos com o conceito de tributo trazido pelo Código Tributário Nacional, para, no segundo momento, reconhecermos e distinguirmos as espécies tributárias. Compreendido o tributo, passaremos para os princípios constitucionais tributários que são verdadeiras limitações ao poder de tributação do Estado. Logo em seguida trataremos da obrigação e crédito tributário, para finalizarmos com o aprendizado das diversas modalidades de lançamento tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO DE TRIBUTO
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CRÉDITO TRIBUTÁRIO: LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

AULA 2

COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA NO COMEX
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
MERCOSUL E TRIBUTOS

AULA 3

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI)
PIS/PASEP E COFINS
ICMS
DEMAIS TRIBUTOS

AULA 4

OMC E TRIBUTAÇÃO
MEDIDAS ANTIDUMPING
MEDIDAS COMPENSATÓRIAS
MEDIDAS DE SALVAGUARDA
IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

AULA 5

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO FISCAL
EVASÃO FISCAL
BITRIBUTAÇÃO E DUPLA ISENÇÃO
CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

AULA 6

BENEFÍCIOS FISCAIS DE ÂMBITO GERAL E DE ÂMBITO RESTRITO NO COMÉRCIO EXTERIOR

REGIMES ESPECIAIS ADUANEIROS

INCENTIVOS FINANCEIROS À EXPORTAÇÃO

ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS

REGIMES EM ÁREAS ESPECÍFICAS

BIBLIOGRAFIAS

- COSTA, M. B. C. Fato Gerador x Hipótese de Incidência e a tributação de atividades ilícitas. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 96, jan 2012. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11026. Acesso em: mai. 2016.
- DELGADO, J. A. Aspectos gerais das espécies tributárias. Revista Fórum de Direito Tributário, p. 9-39, 2003. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/20930-20931-1-PB.pdf>. Acesso em: mai. 2016.
- CARVALHO, P. B. Curso de Direito Tributário. 24ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

RESUMO

Esta disciplina abrange o estudo sobre planejamento tributário, no qual são utilizadas as normas legais e os conhecimentos contábeis como base para o estudo. Ela visa a proporcionar um contato mais aprofundado com a legislação vigente e demonstrar como a contabilidade pode ser uma ferramenta para o benefício da sociedade. Competências: entender como funciona o planejamento tributário; habilidades: conhecer a base teórica e aplicá-la na elaboração do planejamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

ELISÃO FISCAL VERSUS EVASÃO FISCAL; TIPOS DE ELISÃO, ABUSO DE FORMA

ESTADO VERSUS CONTRIBUINTE

O DIREITO DO CONTRIBUINTE DE PAGAR SOMENTE O TRIBUTOS DEVIDO

FINALIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO; PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

COMO OBRIGAÇÃO

FINALIZANDO

AULA 2

A CONTABILIDADE COMO BASE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

INTERPRETAÇÃO DA LC Nº 104/2001

ABUSOS DA RECEITA FEDERAL

COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

FORMAS DE SONEGAÇÃO FISCAL

FINALIZANDO

AULA 3

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: CONCEITOS BÁSICOS
LUCRO REAL: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO PRESUMIDO: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO ARBITRADO: TÓPICOS ELEMENTARES
SIMPLES: TÓPICOS ELEMENTARES
FINALIZANDO

AULA 4

CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO
COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS
INCORPORAÇÃO E ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS PELA INCORPORADORA
CISÃO SEM APURAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL
PARTICIPAÇÃO EXTINTA EM CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO
FINALIZANDO

AULA 5

TÓPICOS ESPECÍFICOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: OPERAÇÕES DE
VENDAS NA INTERNET
NEUTRALIDADE FISCAL
BRINDES OU BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS
GASTOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL
POSTERGAÇÃO DE FATURAMENTO
FINALIZANDO

AULA 6

RENDIMENTOS DOS SÓCIOS E SUA TRIBUTAÇÃO
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
GANHOS DE CAPITAL
PREVIDÊNCIA PRIVADA
LIVRO CAIXA
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, V. Planejamento tributário (elisão fiscal). Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://valdivinodesousa.jusbrasil.com.br/artigos/121944135/planejamento-tributario-elisao-fiscal>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- BANDEIRA DO Ó, Maria da C. Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência tributária. Conteúdo jurídico, 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,diferencas-entre-imunidade-isenc-ao-e-nao-incidencia-tributaria,56460.html>. Acesso em: 03 mar. 2017.
- LIMA, B. L. L. Evasão Fiscal. Prática Contábil. Disponível em: <http://www.praticacontabil.com/contadorperito/Bruno.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

DISCIPLINA:
DIREITO EMPRESARIAL

RESUMO



O direito é instrumento por meio do qual a sociedade se organiza. Segundo Hobbes, o homem vivia em um estado de natureza. Trata-se de uma situação hipotética por meio da qual os homens experimentavam da liberdade plena, pois estavam organizados apenas sob as leis da natureza. Basicamente, era a lei do mais forte subjugando os mais fracos. Todavia, com o advento da propriedade, o homem precisou que suas relações fossem tuteladas, evitando a barbárie e a autotutela. Essa ideia de anterioridade não guarda relação com períodos históricos, por certo. Isso porque o estado de natureza hobbesiano e o surgimento do estado civil são metáforas que visam explicar o período pré-social da humanidade. Com o advento do conceito de propriedade, portanto, o homem precisou sair do estado de natureza e dar início a um Estado Civil. É aí que surge o conceito de Estado como agente controlador das relações humanas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 2

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 3

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 4

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 5

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

AULA 6

VÍDEO 1
VÍDEO 2
VÍDEO 3
VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

DISCIPLINA:

ASSESSORIA EXECUTIVA E RELAÇÕES PÚBLICAS

RESUMO



Nesta disciplina abordaremos as principais funções que envolvem a assessoria, fazendo uma analogia com as funções que embasam o processo gerencial: planejar, organizar, dirigir e controlar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PLANEJAR
ORGANIZAR
DIRIGIR
CONTROLAR

AULA 2

INTRODUÇÃO
ÁREA DE ATUAÇÃO: PÚBLICO E PRIVADO
ÁREA DE ATUAÇÃO: RAMOS
CONSULTORIA
NOVOS NICHOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GESTÃO DO TEMPO
GESTÃO DE RECURSOS
GESTÃO DE PESSOAS

AULA 4

INTRODUÇÃO
VALORES
CRENÇAS
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL
INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL

AULA 5

INTRODUÇÃO
COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO VERBAL
COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA
RAPPORT
EMPATIA

AULA 6

INTRODUÇÃO
O QUE SÃO OS SISTEMAS REPRESENTACIONAIS
SISTEMA REPRESENTACIONAIS
LINGUAGENS DO AMOR
TESTE AS CINCO LINGUAGENS DO AMOR

BIBLIOGRAFIAS

- ASSESSORIA. Dicio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assessoria/>. Acesso em: 20 mar. 2019. SCHULTZ, G. Introdução à gestão de organizações. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.
- WERNER, A.; OLIVEIRA, V. S. de. Secretariado executivo e relações públicas: uma parceria de sucesso. Curitiba: InterSaberes, 2014.

DISCIPLINA:

GESTÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PREV. E TRABALHISTAS

RESUMO

É importante esclarecer a principal diferença entre saúde, assistência e previdência social, uma vez que a população em geral talvez não tenha conhecimento dos direitos em relação à seguridade social que devem ser fornecidos pelo Estado. O regime geral de previdência social é o regime de previdência da maioria dos brasileiros, já que o regime próprio de previdência compreende apenas os servidores públicos de cargo efetivo, enquanto a previdência complementar possui um caráter facultativo, logo, é um regime opcional aos cidadãos. Ademais, a grande maioria da população desconhece os direitos decorrentes da filiação e da inscrição ao regime geral de previdência social, especificamente no que diz respeito aos benefícios previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

AULA 2

INTRODUÇÃO
SEGURADOS FACULTATIVOS E DEPENDENTES
SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS
MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO
PERÍODOS DE CARÊNCIA

AULA 3

INTRODUÇÃO
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
APOSENTADORIA POR IDADE
APOSENTADORIA ESPECIAL
AUXÍLIO-DOENÇA

AULA 4

INTRODUÇÃO
BENEFÍCIO ASSISTENCIAL
PENSÃO POR MORTE
AUXÍLIO-RECLUSÃO
SALÁRIO MATERNIDADE

AULA 5

INTRODUÇÃO
ACIDENTE DE TRABALHO
INDENIZAÇÕES

ACIDENTE DE TRABALHO EFEITOS NO CONTRATO DE TRABALHO
AÇÕES REGRESSIVAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

DOENÇAS OCUPACIONAIS

COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS

EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Manual de direito previdenciário. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. GARCIA, G. F. B. Curso de direito da seguridade social. 3. ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- MARTINEZ, W. N. M. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.
- CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. Direito previdenciário. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE DE CUSTOS

RESUMO

Competitividade é um termo que resume o que as empresas vivem atualmente por conta da globalização, e sobre o impacto das possibilidades que o consumidor possui diante das tecnologias de informação e comunicação. Hoje em dia o consumidor possui à sua disposição inúmeras opções de compras pelos mais diversos canais de distribuição, e esses fatores fazem com que as empresas tenham que rever seus processos e suas atividades constantemente, sempre buscando se atualizar e se manterem competitivas. Nesse contexto, a contabilidade surge como ferramenta essencial que busca fornecer informações sempre relevantes para o processo de tomada de decisões, principalmente no que tange ao desenvolvimento de novas técnicas operacionais que visem um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis aos gestores, buscando otimizar o resultado das entidades. Diante desse aspecto, a ciência contábil está sempre buscando desenvolver novas técnicas que venham a aprimorar as práticas e satisfazer as necessidades do homem de hoje, principalmente no que tange aos negócios. Uma das formas mais eficientes usadas pelas empresas para se tornarem mais competitivas é o tratamento dos custos nos seus processos produtivos, o que é subsidiado por técnicas desenvolvidas e oferecidas pela contabilidade de custos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A CONTABILIDADE FINANCEIRA, A DE CUSTOS E A GERENCIAL

TERMINOLOGIAS APLICADAS À CONTABILIDADE DE CUSTOS

PRINCÍPIOS CONTÁBEIS APLICADOS A CUSTOS

ESQUEMA BÁSICO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

A CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA ATENDER À CONTABILIDADE SOCIETÁRIA E FISCAL

FINALIZANDO

AULA 2

MATERIAIS DIRETOS: CONCEITO, DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

IMPOSTOS NA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: O CUSTO MÉDIO

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: PEPS (FIFO)

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS: UEPS (LIFO)
FINALIZANDO

AULA 3

SEPARAÇÃO ENTRE MÃO DE OBRA DIRETA E INDIRETA
APONTAMENTO DA MÃO DE OBRA DIRETA
COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE MÃO DE OBRA DIRETA
TEMPO NÃO PRODUTIVO DA MÃO DE OBRA DIRETA
OUTROS GASTOS DECORRENTES DA MÃO DE OBRA
FINALIZANDO

AULA 4

IDENTIFICAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS DE PRODUÇÃO
DEPARTAMENTALIZAÇÃO
DEFINIÇÃO E ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE RATEIO
RATEIO DOS CUSTOS DOS DEPARTAMENTOS
IMPORTÂNCIA DA CONSISTÊNCIA DOS CRITÉRIOS
FINALIZANDO

AULA 5

SISTEMA DE CUSTEIO DIRETO
SISTEMA DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO
SISTEMA DE CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)
SISTEMA DE CUSTEIO RKW
CUSTOS EM ENTIDADES COMERCIAIS E PRESTADORAS DE SERVIÇOS
FINALIZANDO

AULA 6

CUSTEAMENTO POR ORDEM
CUSTEAMENTO POR PROCESSOS
CUSTEAMENTO EM AMBIENTES DE PRODUÇÃO CONJUNTA
CONTABILIDADE DE CUSTOS E O PRONUNCIAMENTO CPC 16 ESTOQUES
PERDAS NA PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA QUALIDADE
FINALIZANDO

BIBLIOGRAFIAS

- CREPALDI, S. A.; CREPALDI, G. S. Contabilidade de custos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- MEGLIORINI, E. Custos: análise e gestão. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- SOUZA, A.; CLEMENTE, A. Gestão de custos: aplicações operacionais e estratégicas – exercícios resolvidos e propostos com utilização do EXCEL. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.